



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

036. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE GESTÃO ORGANIZACIONAL – CONTABILIDADE

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - (B) gozará de autonomia jurídica.
 - (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. As normas contábeis estabeleceram procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, tais como a geração e a distribuição de riqueza, os recursos humanos e a interação da entidade com o ambiente externo e com o meio ambiente, objetivando demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. De acordo com essas normas, a riqueza gerada e distribuída pelas entidades deve ser apresentada ao público por intermédio da(o)
- (A) Demonstração do Resultado Adicionado.
 - (B) Balanço Patrimonial.
 - (C) Demonstração do Valor Adicionado.
 - (D) Balanço Ambiental.
 - (E) Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos.
26. De acordo com o art. 13.º da Lei n.º 4.320/64, valores relativos a Subvenções Sociais, Subvenções Econômicas, Inativos, Pensionistas, Salário Família e Abono Familiar, Juros da Dívida Pública, Contribuições de Previdência Social e Diversas Transferências serão classificados em
- (A) Despesas de Custeio – Despesas de Capital.
 - (B) Transferências Correntes – Receitas Correntes.
 - (C) Receitas de Custeio – Receitas de Capital.
 - (D) Transferências Correntes – Despesas Correntes.
 - (E) Receitas de Custeio – Despesas de Custeio.
27. A Lei de Orçamento não consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos. Ao se deparar com isso, o analista de gestão organizacional deverá concluir que esse procedimento aplica-se
- (A) às transferências de capital à conta de fundos especiais ou dotações sob regime excepcional de aplicação.
 - (B) aos pagamentos de despesas relacionados a capital por conta de fundos e dotações especiais.
 - (C) às transferências de fundos especiais ou dotações sob regime privativo.
 - (D) às transações de origem privada e, portanto, dota-se como transferências de fundos excepcionais.
 - (E) às transferências correntes por conta de dotações iniciais e fundos especiais, sob regime de excepcionalidade.
28. Para classificar os itens, utilize V, para verdadeiro, e F, para falso.
- A contabilidade orçamentária e financeira deverá evidenciar, em seus registros, o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a despesa realizada, à conta dos mesmos créditos, e as dotações disponíveis. O registro contábil da receita e da despesa far-se-á de acordo com as especificações constantes da Lei de Orçamento e dos créditos adicionais. No que tange à dívida fluante, esta compreenderá:
- () os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida;
 - () as notas de empenho;
 - () os serviços da dívida a pagar;
 - () as despesas fixadas;
 - () os depósitos;
 - () os débitos de tesouraria.
- Assinale a classificação correta, de cima para baixo.
- (A) V, V, V, F, F e F.
 - (B) V, F, V, F, V e V.
 - (C) F, V, V, V, F e V.
 - (D) F, F, F, V, V e V.
 - (E) F, V, F, V, V e F.
29. O controle da execução orçamentária tem por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego do dinheiro público, bem como o cumprimento da Lei de Orçamento. Anualmente, a Entidade sob responsabilidade do Executivo prestará contas, no prazo estabelecido nas Constituições ou nas Leis Orgânicas dos Municípios,
- (A) ao Tribunal de Contas.
 - (B) ao presidente, governador e prefeito, respectivamente.
 - (C) ao Poder Judicial.
 - (D) à Controladoria Geral.
 - (E) ao Poder Legislativo.

30. De acordo com o Decreto Lei n.º 40.566 de 1995, ficou instituído o Plano de Contas Único do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, a ser utilizado pelos órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado de São Paulo, inclusive autarquias de regime especial. A divulgação e a manutenção desse plano de contas é de responsabilidade
- (A) da Contadoria Geral do Estado.
 (B) da Controladoria Geral.
 (C) do Poder Legislativo.
 (D) da SEFAZ.
 (E) da Contadoria Geral de cada Autarquia e Entidade.
31. _____ é(são) o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: (i) no caso da União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na Constituição; (ii) no caso dos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; e (iii) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada na Constituição.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) A receita de capital líquida
 (B) O orçamento líquido básico dos estados, municípios e união
 (C) A receita corrente líquida
 (D) As entradas líquidas de caixa, projetadas nos orçamentos plurianuais
 (E) A receita líquida de custeio
32. No que tange à execução orçamentária e ao cumprimento das metas, se verificado, ao final de _____, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, _____, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.
- (A) trinta dias ... no bimestre subsequente
 (B) quarenta e cinco dias ... nos trinta dias subsequentes
 (C) um bimestre ... nos trinta dias subsequentes
 (D) um trimestre ... no bimestre subsequente
 (E) um semestre ... no trimestre subsequente
33. De acordo com o art. 19 do Decreto Lei n.º 101/2000, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, relativos à União, aos Estados e aos Municípios, conforme segue:
- (A) 25% (vinte e cinco por cento); 40% (quarenta por cento); e 40% (quarenta por cento), respectivamente.
 (B) 30% (trinta por cento); 45% (quarenta e cinco por cento); e 40% (quarenta por cento), respectivamente.
 (C) 40% (quarenta por cento); 60% (sessenta por cento); 60% (sessenta por cento), respectivamente.
 (D) 50% (cinquenta por cento); 60% (sessenta por cento); 60% (sessenta por cento), respectivamente.
 (E) 50% (cinquenta por cento); 65% (sessenta e cinco por cento); 65% (sessenta e cinco por cento), respectivamente.
34. Para efeito da apuração do lucro real, no que tange aos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pelos arts. 37 e 38 da Lei n.º 11.941/09, foi estabelecido o Regime
- (A) Especial de Tributação.
 (B) Tributário Transitório.
 (C) Especial de Compensação.
 (D) Tributário Especial de Créditos e Débitos Fiscais.
 (E) Tributário Temporário.
35. Classifique as afirmações seguintes com V (quando verdadeiras) ou F (quando falsas).
- Um ativo intangível deve ser reconhecido no balanço se, e apenas se:
- () for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade;
 () for condicionado a um projeto, independentemente de sua realização ou não;
 () o custo do ativo puder ser mensurado com segurança;
 () for desenvolvido internamente;
 () for identificável e separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado.
- Assinale a classificação correta, de cima para baixo.
- (A) V, V, V, F, F.
 (B) F, F, V, F, V.
 (C) F, V, F, V, V.
 (D) V, V, V, V, V.
 (E) V, F, V, F, V.

36. A entidade deve elaborar as suas demonstrações contábeis, exceto para a demonstração dos fluxos de caixa, utilizando-se do regime
- (A) de compensação.
 - (B) de caixa.
 - (C) financeiro.
 - (D) misto.
 - (E) de competência.
37. De acordo com suas características e os seus reflexos no patrimônio público, as transações no setor público podem ser classificadas em naturezas. Sendo que aquela que corresponde às transações originadas de fatos que afetam o patrimônio público, em decorrência, ou não, da execução de orçamento, podendo provocar alterações qualitativas ou quantitativas, efetivas ou potenciais é a
- (A) econômico-patrimonial.
 - (B) econômico-financeira.
 - (C) financeiro-patrimonial.
 - (D) contábil-financeira.
 - (E) contábil-patrimonial.
38. Para a auditoria interna, o termo que melhor se aplica ao ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários, significa
- (A) fraude.
 - (B) omissão.
 - (C) simulação.
 - (D) erro.
 - (E) inconsistência.
39. Compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade; e deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.
- O texto se refere ao(s)
- (A) Planejamento do trabalho.
 - (B) Plano de execução e processos.
 - (C) Escopo de trabalho.
 - (D) Escopo de auditoria.
 - (E) Programas de trabalho.
40. O Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária – SIGEO utiliza tecnologia para transformar dados em informações gerenciais, permitindo ao usuário a geração de conhecimento como instrumento de apoio à decisão. Nesse sentido, as informações disponíveis no ambiente do SIGEO estão armazenadas em um banco de dados tipo relacional de modelagem multidimensional. Esse tipo de banco relaciona
- (A) Dados com Informações.
 - (B) SQL com Oracle.
 - (C) SQL com SAP.
 - (D) SQL com Java.
 - (E) Tabelas Fatos com Tabelas Dimensões.
41. O Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM/SP é utilizado para otimizar e uniformizar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil, de forma integrada. No que tange aos sistemas de contas, estas são separadas em sistemas de contas independentes para facilitar a elaboração dos balanços e demonstrativos. Os lançamentos contábeis são efetuados fechados em cada sistema, quando se debita uma conta de um determinado sistema a conta creditada pertence ao mesmo sistema. Esses sistemas são denominados:
- (A) financeiro, patrimonial, orçamentário e de compensação.
 - (B) financeiro e contábil.
 - (C) Oracle e SAP.
 - (D) integrado e gerencial.
 - (E) financeiro e orçamentário.
42. O Sistema Integrado de Informações Físico-Financeiras – SIAFISICO, em linhas gerais, além de conter os cadastros dos fornecedores, dos materiais, dos serviços e dos preços praticados, processa também a despesa orçamentária referente a materiais e serviços, descarregando sua contabilização (nota de empenho e liquidação) no
- (A) SIGEO.
 - (B) SIAFEM/SP.
 - (C) Financeiro.
 - (D) Sistema de contas.
 - (E) Sistema de informações gerenciais.

43. De acordo com a legislação fiscal vigente, o sujeito passivo que apurar crédito, inclusive os judiciais com trânsito em julgado, relativo a tributo ou contribuição administrado pela Secretaria da Receita Federal, passível de restituição ou de ressarcimento, poderá utilizá-lo na compensação de débitos próprios relativos
- (A) a quaisquer tributos e contribuições administrados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (B) a impostos e contribuições diretos e indiretos.
- (C) a INSS, Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins.
- (D) a quaisquer tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- (E) a INSS, ICMS, Imposto de Renda, Contribuição Social, Pis e Cofins.
44. A contabilização dos pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores e locação de mão de obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, bem como pela remuneração de serviços profissionais, conforme trata a Lei n.º 10.833/03, está sujeita a retenção na fonte da(o)
- (A) Imposto de Renda Retido na Fonte, apenas.
- (B) Instituto Nacional de Seguridade Social, apenas.
- (C) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, da COFINS e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social e da contribuição para o PIS/PASEP.
- (D) Imposto de Renda Retido na Fonte e Instituto Nacional de Seguridade Social.
- (E) Imposto de Renda Retido na Fonte e Imposto sobre Operações Financeiras.
45. A pessoa jurídica sujeita a tributação com base no lucro real poderá optar pelo pagamento do imposto de renda, em cada mês, determinado sobre
- (A) as receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.
- (B) receitas auferidas do período, exceto as financeiras.
- (C) receitas auferidas do período, inclusive as financeiras.
- (D) faturamento mensal.
- (E) base de cálculo estimada, mediante a aplicação, sobre a receita bruta auferida mensalmente dos percentuais de que trata a legislação vigente atual.
46. Classifique cada uma das normas a seguir em V (verdadeira) ou F (falsa).
- Segundo a Lei n.º 4.320/64, em seu artigo 106, a avaliação dos elementos patrimoniais obedecerá às normas seguintes:
- () os débitos e créditos, bem como os títulos de renda, pelo seu valor nominal, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do balanço;
- () os bens móveis e imóveis, pelo valor de custo ou de mercado, o que for menor;
- () os bens móveis e imóveis, pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção ou de construção;
- () os bens de almoxarifado, pelo preço médio ponderado das compras.
- Assinale classificação correta, de cima para baixo.
- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, V, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, F.
- (E) V, V, F, F.
47. A resolução do CFC n.º 1.133/08, que aprova a NBC T 16.6, determina que sobre o fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com
- (A) os fluxos de investimento e de financiamentos.
- (B) os fluxos de rentabilidade futura.
- (C) a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.
- (D) as ações da administração pública.
- (E) o poder público.
48. Considerando a estrutura básica das demonstrações contábeis, para fins de análise financeira, de fluxo entre outros motivos, o Capital Circulante Líquido (CCL) é composto por
- (A) Ativo Não Circulante menos Passivo Circulante. (ANC – PC).
- (B) Ativo Circulante, mais Ativo Não Circulante menos Passivo Não Circulante mais Passivo Circulante. ((AC+ANC) – (PC + PNC)).
- (C) Diferença entre Ativo e Passivo Circulante sobre o lucro líquido do período.
- (D) Ativo Circulante menos Passivo Circulante. (AC – PC).
- (E) Ativo total menos o Patrimônio Líquido. (A – PL).

49. O comparativo entre as movimentações periódicas bancárias e as existentes no livro razão em conta própria, identificando e apontando pendências tanto nos extratos bancários quanto nos razão da contabilidade, é entendido como
- (A) composição contábil.
 - (B) conciliação contábil.
 - (C) análise financeira do fluxo de caixa, com desembolsos e recebimentos.
 - (D) extrato bancário.
 - (E) posição de caixa e bancos.

50. De acordo com o Manual de Procedimentos Contábeis da Administração Pública do Estado de São Paulo, a conta contábil é o título representativo da relação débito/crédito de um determinado fato ou ato administrativo. É na conta contábil que são efetuados os registros das transações de mesma natureza, aglutinadas sob um mesmo título. Essas contas contábeis estão estruturadas em 8 níveis de desdobramento, classificações e códigos.

Nesse sentido, assinale o nível em que as informações serão tratadas de conformidade com a individualização peculiar à conta respectiva, bem como de acordo com a tabela própria estruturada e cadastrada, observadas as instruções específicas tendo em vista a flexibilidade no gerenciamento dos dados necessários; esse nível permite o controle individualizado de saldos, para os quais seja necessário maior detalhamento, principalmente para identificar fornecedores, empenhos e favorecidos.

- (A) Elemento.
- (B) Sub-elemento.
- (C) Item.
- (D) Sub-item.
- (E) Conta Corrente.

